

POLÍTICA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM ANTÔNIO GRAMSCI: UMA QUESTÃO CENTRAL PARA A FILOSOFIA POLÍTICA

POLITICS, STATE AND CIVIL SOCIETY IN ANTONIO GRAMSCI: A CORE ISSUE FOR POLITICAL PHILOSOPHY

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues¹.

Resumo

A categoria Estado tem se constituído como um referencial para estudos analíticos em torno de processos políticos complexos. Encontra-se em Antônio Gramsci uma contribuição conceitual significativa para esses estudos, a partir de uma releitura dos fragmentos de concepção acerca de Estado, Política e Sociedade Civil, conceitos esses que podem ser observados a partir dos fragmentos do Caderno do Cárcere Vol. 3, em dois cadernos especiais, 13 e 18. Estado se configura como parte de seu projeto revolucionário de mudança social, interesse central deste autor, que tenta desvendar a atitude de cada um dos diferentes grupos sociais em relação ao próprio Estado. Aí evidencia-se o papel político da sociedade civil, diferentemente do que propõe as políticas liberais na atualidade, posicionando-a entre mercado e o Estado, sua função é elaborar um projeto político amplo, capaz de transformar a realidade. E a ação da sociedade civil, marcada internamente por divisão e conflito, que amplia o Estado.

Palavras-chave: Antonio Gramsci, Estado, Hegemonia, Sociedade Civil.

Summary

The category State has been established as a reference for analytical work around complex political processes. You are in Antonio Gramsci a significant conceptual contribution to these studies, from a rereading of design fragments about State, Politics and Civil Society, these concepts that can be observed from the fragments notebook Prison Vol. 3, Two special sections, 13 and 18. State is configured as part of their revolutionary project of social change, the central interest of this author, who tries to unravel the attitude of each of the different social groups in relation to the State itself. There is evident in the political role of civil society, unlike what proposes liberal policies today, positioning it between the market and the state, its function is to develop a broad political project capable of transforming reality. And the action of civil society, internally marked by division and conflict, which extends the state.

Keywords: Antonio Gramsci, State, Hegemony, Civil Society.

¹ Professor da Universidade de Pernambuco. Doutor em Educação. Grupo de pesquisa: Estudos Multidisciplinares: Cultura, Práticas Educativas, Políticas e Gestão Educacional e Meio Ambiente

Introdução

No âmbito das ciências sociais, especialmente em estudos políticos focados no aperfeiçoamento de ordens democráticas, a categoria Estado tem se constituído como um referencial fundamental para o processo de análise, quase sempre complexo. Em Gramsci esta categoria teórica se relaciona com outros conceitos que lhes são dialeticamente inerentes, política, hegemonia e sociedade civil, que se diferenciam, em algum momento, por aspectos metodológicos, mas compõem o complexo conceitual em que Gramsci busca localizar a ação do sujeito individual/coletivo, no processo de luta para se construir ou colocar em prática o ‘dever ser’, uma realidade a ser buscada, um projeto histórico a ser perseguido, como será abordada oportunamente.

Analisar categorias gramscianas não é algo simples, como adverte alguns autores, sobre possíveis erros que podem cometer os “comentadores e interpretes” deste autor, ao citar de modo incompleto a obra desse pensador italiano. Observações feitas indicam que no geral esses estudos se limitam apenas a questões de fundamentos e conceitos políticos, sem, no entanto revelar o aspecto revolucionário que representa o seu pensamento e as razões que movem as suas reflexões. As questões observadas dizem respeito a necessidade de buscar:

maior clareza descritiva a atuação e a prática revolucionária que Gramsci propõe e que passa necessariamente pela crise orgânica (institucional), pela ‘ruptura’, pela tomada do poder, pela destruição do Estado burguês e fundação do ‘Estado-Classe’ (totalitário, ‘estatolatria’) e pela implantação da nova ordem socialista marxista (COUTINHO, 2002, p. 6).

Nesse sentido, deve-se considerar que a visão estratégica gramsciana, foi pensada para um processo de transição para o socialismo e que ele assume-se como um revolucionário em busca de novas estratégias, ainda mais eficazes de luta na direção ao poder. Sua contribuição sugere alteração no pensamento presente em sua época acerca do processo de tomada do poder, propondo assim que, “em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder como na concepção de Lênin, a sua manobra é de desenvolvimento, designando a sociedade civil como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar” (IBID., p. 6)².

² Lenin, nos seus primeiros anos de marxista, tinha convicção de que o desenvolvimento capitalista da Rússia seria uma pré-condição necessária do socialismo
Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p 4-18

Atente-se ainda que conceitos centrais da filosofia política de Gramsci não se encontra sistematizado em nenhuma específica obra em particular, mas há que se buscar ao longo de sua vasta produção intelectual, e por vezes a partir de elementos que estão implícitos na mesma (GERMINO, 2003). O legado Gramsciano é constituído assim de uma produção resultante resultando de “uma pesquisa em movimento, orientada por alguns temas fundamentais que se desdobram em direções diversas” (SIMIONATTO, 1997, p. 01).

É nesse sentido que se busca neste estudo, uma releitura dos fragmentos de concepção acerca de Estado, Política e Sociedade Civil, na medida em que esses conceitos interagem a partir de dois cadernos especiais, 13 e 18, encontrados em no Caderno do Cárcere Vol. 3 (GRAMSCI, 2007) e entender, a partir de fragmentos encontrados nesta obra, os elementos constitutivos dos conceitos de Estado, Política e Sociedade Civil, resultantes da crítica que Gramsci realiza em torno do interesse em explicar a questão governantes e governados e suas relações, como resultado de um diálogo que ele estabelece com a produção intelectual a que ele tem acesso no cárcere. O intento é que este estudo contribua para alimentar um escopo teórico e assim alimentar e subsidiar o campo de análise de questões postas na área da pesquisa das ciências sociais.

Adianta-se aqui que, neste estudo, não se pretende dar conta de toda a abordagem que compõe o largo universo conceitual gramsciano, mas apenas pontuar questões pertinentes e que fundamentam essas categorias, a partir de sua obra “Cadernos do Cárcere”, Volume 3, em que são apresentadas notas sobre o Estado e a Política, a partir de uma releitura de Maquiavel (IBID.)³.

Conceito de Estado

A discussão em torno desses conceitos, presentes nesta obra gramsciana, procura estabelecer entre eles uma relação de proximidade orgânica, que só pode ser entendido dentro de seu projeto revolucionário de mudança social, interesse central deste autor, que tenta desvendar “a atitude de cada um dos diferentes grupos sociais em relação ao próprio Estado”. (IBID., p. 279).

É nessa perspectiva que se pode entender, inicialmente, o sentido atribuído por Gramsci ao Estado: a consciência de classe em ação, ao afirmar: “os conceitos de revolucionário e internacionalista, no sentido moderno da palavra, correspondem ao

³ O sistema conceitual de Gramsci pode ser ordenado “con base em cinco conjuntos de ideas, cada uno de los cuales contiene uno o más conceptos organizadores: a) el de hegemonia, sus três connotaciones em perspectiva nacional e intrnacional, y lãs relaciones dirigentes- dirigidos; b) el Estado, sus funciones éticas y coercitivas, y lãs relacionaes entre lãs sociedades civil y política; c) los intelectuales; partidos políticos, bloque social, bloque intelectual y moral, y bloque histórico; d) las crisis de hegemonia y, e) la lucha por la hegemonia. (MENDEZ, 2005, p. 2).

conceito preciso de Estado e de classe: escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe (compreensão do Estado existe não só quando se defende mas também quando se ataca o Estado para derrubá-lo).” (IBID., p. 192). Esta percepção coloca inicialmente o Estado como instância de luta, orientado permanentemente por um projeto de sociedade, originado na compreensão e na busca dela por uma consciência de classe.

O Estado, assim, pode ser identificado com uma nova cultura em que indivíduos de um grupo social, desenvolvem esforços para criar um novo tipo de homem e de cidadão, ação essa em articulação com a sociedade civil e com o sujeito individual, quando agindo na perspectiva orgânica.

A afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), com elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si, sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. (IBID., p. 279).

Como se observa, mais do que uma estrutura burocrática de controle e de regulação, com funções clássicas de legislar, administrar e julgar, como estamos acostumados a observar no mundo contemporâneo, Gramsci, ao falar de Estado, insere uma nova função estratégica, a de determinar uma “diretriz política” (IBID., p. 339), que significa também um novo modo de produção. É nesse sentido que Estado se apresenta como uma nova ordem intelectual e moral, que busca realizar um projeto, uma realidade possível, que age na dimensão de uma realidade a ser buscada, caracterizada pelo “dever ser”, enfim uma ação política real, a redefinição do modo de produzir na sociedade.

Ação política

É esta ação política real, consciente, por vezes originada de um grupo intelectual organizado, neste caso o partido político, que ganha significado como elemento fundamental para o Estado. Partido concebido como um grupo, uma ‘direção consciente’, com o papel de preparar, desenvolver e formar intelectuais vinculados a um projeto condizente com as necessidades históricas de sua classe social, portanto orgânicos. Intelectuais para a execução de funções políticas qualificadas, dirigir e organizar a vida social.

O partido para Gramsci tem nesse sentido, um forte significado como instância de formação e de qualificação de quadros, “são entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos cérebros; realização de atividades que, se mantém uma relativa subalternidade em relação à produção, não deixam de ser fundamentais à classe da qual são orgânicos.” (JURUCÊ, s/d, p.1).

Mas de onde se origina, de onde é gestado o grupo, ou o partido? Sobre a origem do partido, isto não é o elemento de maior relevância para a qualidade política. Ele pode ser ou pode ter sido gestado no “espontaneísmo” das massas, dos grupos subalternos. Nesta questão nosso autor não vê oposição na forma de fazer política, no entanto, percebe que na origem de um grupo político, pode haver uma diferença “qualitativa” de grau, mas do que de qualidade, como explica:

Apresenta-se uma questão teórica fundamental a este propósito: a teoria moderna pode estar em oposição aos sentimentos ‘espontâneos’ das massas? (‘espontâneos no sentido de que não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’ ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo, aquilo que muito pedestremente se chama de ‘instinto’ e que ele próprio, é somente uma conquista histórica primitiva e elementar.) Não pode estar em oposição: entre eles há diferença ‘qualitativa’ de grau, não de qualidade: deve ser possível uma ‘conversão’, por assim dizer, uma passagem da teoria para os sentimentos e vice-versa. (GRAMSCI, 2007, p. 196-197).

Gramsci resgata de Maquiavel uma concepção de política, na qual ele afirma ser essa uma atividade essencialmente autônoma, voltada a inovação das concepções em torno do mundo.

[...] política é uma atividade autônoma que tem princípios e leis diversos daqueles da moral e da religião, proposição que tem grande alcance filosófico, já que implicitamente inova a concepção da moral e da religião, ou seja, inova toda a concepção do mundo) é ainda hoje discutida e contraditada, não conseguiu tornar-se ‘senso comum’. (IBID., p. 56).

As concepções em torno do mundo, ganha em Gramsci o sentido de uma nova ordem intelectual e moral, o Estado, sustentado por uma atuação política em defesa permanente do “dever ser”. Essa perspectiva de ação se opõe às concepções políticas realistas, nas quais a atuação política se dá no campo efetivo da realidade, realismo político que sustenta a ideia de que a verdade pode ser percebida na realidade posta, a partir do “ser” em oposição ao “dever ser”.

Crítico a esse modo de pensar a realidade, Gramsci quer destacar que a ação do homem de Estado, própria da atuação do político, diferentemente, deve se concentrar em uma perspectiva de realidade ideal, como afirma:

o ‘excessivo’ (e, portanto, superficial e mecânico) realismo político leva muitas vezes à afirmação de que o homem de Estado só deve atuar no âmbito da ‘realidade efetiva’, não se interessar pelo ‘dever ser’, mas apenas pelo ‘ser’. Isto significa que o homem de Estado não

deve ter perspectiva para além do tamanho de seu nariz. (IBID., p. 34).

Essa afirmação, no entanto, não quer dizer que o mundo concreto, o real, careça ser desprezado pelo homem de Estado. Diferentemente, a atuação do sujeito político toma como ponto de partida o “ser”, algo concreto, ou seja, parte das forças realmente existentes e atuantes e a partir delas tem uma ação criadora. Assim, busca a partir do real, fortalecer aquilo que considera de maior grau de natureza política ‘progressiva’, e age na perspectiva de contribuir com a sua superação.

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma por base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existente e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressiva, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o ‘dever ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (IBID., p. 35).

O “deve ser” se põe como um ato concreto do ponto de vista político, na medida em que, agir nesta perspectiva, na defesa permanente de uma realidade ideal, de um projeto histórico a ser perseguido, uma nova modalidade de produção, não significa abandonar o “ser”. A relação entre realidade histórica possível e o ‘dever ser’, é algo desafiador para o projeto de Gramsci. Ele enfrenta esta questão remetendo ao campo do debate em torno das “relações de forças”, entre estrutura e a superestrutura, assim colocado:

É o problema das relações entre estrutura e superestruturas que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (IBID., p. 36).

A reflexão gramsciana aqui posta, evidencia que essas duas esferas não são tratadas desvinculadas do fator econômico, “ou seja, da relação entre infra-estrutura e superestrutura. [...] ele não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana”. (SIMIONATTO, 1997, p. 1).

Para o limite desse estudo, que toma por base a produção publicada em dois cadernos especiais do Caderno do Cárcere Vol. 3 (GRAMSCI, 2007), nosso autor tende a analisar como uma distinção abstrata a relação entre estrutura e superestrutura, configurados em relações sociais de produção e as ideias, os costumes, os comportamentos morais, a vontade humana,

Gramsci apresenta nesse sentido uma leitura significativa acerca desta questão teórica central para do marxismo, a relação entre infra-estrutura e superestrutura, quando, rejeitando concepções simplistas baseadas em princípios deterministas, aponta que “não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo superestrutural das idéias, não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico.” (ZANGHERI, s/d, p. 1). O pensamento gramsciano, nesse sentido, propõe um olhar dialético para levar a termo a compreensão dos aspectos que envolvem a relação entre as dimensões teóricas e práticas, entre forças materiais e a ideologias, assegura, há entre essas, relações e reações recíprocas.

É nessa direção que nosso autor faz uma proposição metodológica a ser observada no processo de mudança social, tendo como questão central, agir no âmbito dos princípios. Indica nesta direção questões fundamentais a serem observadas, a começar pela superação dos equívocos conceituais que envolvem a compreensão das dimensões de estrutura e superestrutura, na perspectiva anteriormente referida. Como metodologia de análise histórica e na direção da superação de problemas sociais, propõe iniciar por aqueles de níveis mais simples, seguindo os de maior complexidade, respeitando-se as condições históricas de tal sociedade, como explica, “[...] nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência” (GRAMSCI, p. 36).

Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p 4-18

Outro princípio de metodologia histórica apontada por Gramsci é a necessidade de ponderar o peso dos fatos históricos, aqueles considerados fatos de conjuntura, em relação às questões de fundo orgânicos, os relativamente permanentes. Recomenda ele a necessidade de que no processo de proposição de objetivos políticos, sejam analisados o significado e o valor histórico dos movimentos orgânicos, fundado em um projeto histórico de sociedade, relativamente permanente, daqueles elementos de conjuntura, por vezes ocasionais e decorrentes de contextos imediatos. E ainda adverte, embora os elementos de conjuntura dependam dos movimentos orgânicos, questões ocasionais por eles evidenciados, não podem ser equiparados em seu alcance histórico com questões relativamente permanentes.

Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. (IBID., p. 36).

Nesse sentido, em torno da metodologia de análise, vale lembrar o alerta de Gramsci sobre a possibilidade de se cometer equívocos, ao se estudar um período histórico sem considerar que, por exemplo, uma crise prolongada, pode revelar uma maturidade nas contradições insanáveis na estrutura e explica:

O erro em que se incorre frequentemente nas análises históricas políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficiente. Num caso tem excesso de ‘economicismo’ ou de ‘doutrinarismo’ pedante; no outro, excesso de ‘ideologismo’. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas. No outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual. (IBID., p. 37).

É necessário portanto buscar o que Gramsci chamou de mediação dialética entre os dois princípios metodológicos, que “[...] pode ser encontrada na fórmula político-histórica da revolução permanente.” Assegura ainda que “um aspecto do mesmo problema é a chamada questão das ‘relações de força’”. (IBID., p. 40). Sobre esta questão, propõe um detalhamento, no qual busca explicitar três distintos momentos ou graus em que se pode analisar as ‘relações de forças’, que apresenta-se a seguir de modo resumido:

O primeiro momento, ou mesmo o primeiro grau das ‘relações de força’ é certificar-se das condições necessárias e suficientes para uma transformação. “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção”. (IBID., p. 40). Trata-se de verificar as condições dadas naquele momento, de modo objetivo identificar a realidade material que não se pode modificar: o número das empresas e de seus empregados, o número da população. Ou seja, trata-se de “[...] verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que

nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante seu desenvolvimento”. (IBID., p.40).

O segundo momento é avaliar o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. [...] que corresponde aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifesta na história até agora.” (IBID., p. 40 e 41).

Gramsci detalha este momento em três etapas, destacando distintos modos de solidariedade vividos por um grupo social, que pode-se resumir como a seguir: o primeiro momento da consciência coletiva é também o mais elementar. Quando um grupo (econômico-corporativo) percebe a necessidade de prestar solidariedade entre seus membros, por exemplo, entre um grupo de comerciantes; o segundo momento, também no campo econômico, e aí já surge a questão inicial do Estado, quando o grupo atinge a consciência de solidariedade em torno de interesses de todos os membros do grupo social. Defende-se, por exemplo, o direito de participar da formulação das leis e da gestão social; terceiro, fase estritamente política, quando o grupo atinge um grau de consciência em que os interesses corporativos são superados em relação aos interesses de outros grupos subordinados. É a passagem nítida da estrutura para a esfera da superestrutura, fase em que há uma unidade intelectual e moral, as lutas deixam de ser corporativas e ganham sentido ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social sobre uma série de grupos subordinados. (Id). É nesta fase que se explicita o Estado,

um organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, [...] isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados [...]. (IBID., p. 42).

É também nesta etapa em que se cria condições para o exercício da hegemonia, conforme mencionado anteriormente. Essas condições pressupõe a consideração por parte do grupo dirigente, aos compromissos, em especial a questão ética-política, que caracteriza essencialmente o processo de hegemonia.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tal compromisso não pode envolver o essencial, dado que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (IBID., p. 48).

Assim, o exercício da hegemonia pressupõe que o grupo dirigente mantenha um equilíbrio entre a força e o consenso, e sobre este último uma maior atenção no sentido de que ele é decisivo na manutenção de qualquer força, e que para isso vai demandar uma maior publicização de modo a garantir o convencimento que a força tem o apoio no consenso. Pode dizer então que o exercício pode

caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao

contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais associações-, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (IBID., p. 95).

O último momento ou grau das ‘relações de forças’ refere-se as relações militares e sobretudo das forças político-militares, a demonstração de força de uma nação sobre outra, dado que as lutas militares ocorrem sobretudo no campo político-militar, nas negociações, nas ameaças.

Para que de fato serve esta abordagem em torno das ‘relações de força’? Em que isso pode ajudar uma iniciativa política? Segundo nosso autor, deve-se considerar que esses momentos estão relacionados entre si e que o primeiro e o segundo momento são mediados pelo segundo, pela afirmação do Estado. Analisar as ‘relações de forças’, pode ser significativo, na medida em que,

elas mostram quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, [...] indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais compreendida pelas multidões, etc. [...] Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si. (IBID., p. 46).

As fases da formação do Estado

A política se impõe nesse sentido como algo inerente a visão do sujeito, um sentimento sobre a vida coletiva, uma aspiração às questões permanentes, que, diferente das leis e do interesse individual, deve obedecer a lógica e a natureza orgânica.

A Política constitui uma ação permanente e dá origem a organizações permanentes, “ a ‘paixão política’ como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno ‘permanente e orgânico’ da vida econômica, mas o supera, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do interesse individual, etc. (IBID., p. 281.).

Nesse sentido, a atuação do político, do homem de Estado, ao mesmo tempo em que está centrada em torno do “dever ser”, também manterá uma efetiva e sistemática atuação na realidade, no “ser”. Nesta última dimensão, deve-se, da mesma agir na perspectiva de superação, de modo a apontar novos horizontes, novos objetivos a serem perseguidos, a partir das condições básicas para sua efetivação, como explica: “[...] a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que estes objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização. ” (IBID., p. 360).

A ação política é nesta perspectiva, uma atividade que exige um grau elevado de preparação do sujeito, com formação em diferentes fontes de conhecimento sobre a vida social atual, capaz de considerar uma necessária relação dialética entre elementos da cultura erudita e elementos da prática social. Formação que contemple, de um lado,

conhecimentos de fontes teóricas, da cultura livresca formal, e de outro, conhecimentos produzidos pela intuição política. “Por isso, o grande político só pode ser ‘cultíssimo’, isto é, deve ‘conhecer’ o máximo de elementos da vida atual; conhecê-los não ‘livrescamente’ como ‘erudição’, mas de modo ‘vivo’, como substância concreta de ‘intuição’ política (no entanto, para que nele se tornem substância viva de ‘intuição’, será necessário aprendê-los também ‘livrescamente’). (IBID., p. 184).

Como se vê, a formação de dirigentes é uma condição fundamental ao Estado e à sua etapa seguinte, o governo. Gramsci fala de uma formação dialética sistemática, baseada em fundamentos teóricos e de intuição política. Alerta ainda que, a ausência desse processo é responsável pela escassez de homens de Estado, e pode levar a desagregação dos partidos, a corrupção das lideranças.

Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Logo, escassez de homens de Estado, de Governo, miséria da vida parlamentar, facilidade de desagregar os partidos, corrompendo e absorvendo seus poucos homens indispensáveis. (IBID., p. 202.).

Não se trata unicamente de um processo formativo baseado em saberes eruditos, nos moldes acadêmicos, mas uma clara opção por um processo formativo com vistas a ampliação da cultura geral, capaz de subsidiar as lideranças nos aspectos intelectuais e políticos. Um claro processo político de formação em que se faz opção por fontes orgânicas, ao invés de fragmentos descontextualizado.

Logo, a miséria da vida cultural e estreiteza mesquinha da alta cultura: em lugar da história política, a erudição descarnada; em lugar da religião, a superstição; em lugar dos livros e das grandes revistas, o jornal e o panfleto. Do dia-a-dia, com seus facciosismos e seus choques personalistas, em lugar da política séria. [...] A burocracia, assim, se alienava do país e, através das posições administrativas, tornavam-se um verdadeiro partido político, o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituí a hierarquia intelectual e política: a burocracia se tornava justamente o partido estatal-bonapartista. (IBID., p. 202.).

É de fato recorrente em Gramsci a preocupação com o processo formativo dos novos dirigentes. Não se trata de uma tarefa isolada do campo político, algo que se deva delegar a escolha espontânea de cada um, ao contrário, trata-se de uma função politicamente estratégica, que nosso autor delega ao partido. “Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em exercício político organicamente preparado.” (IBID., p. 85).

Dimensão educativa

A formação do homem político faz-se necessária, considerando uma das funções estratégicas do Estado, as questões relacionadas a dimensão educativa, formativa em decorrência das necessidades postas ao homem coletivo. Para Gramsci a existência do Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p 4-18

Estado coloca em confronto, de um lado o conformismo social e, de outro, as condições postas ao homem coletivo. Isso quer dizer, pensar o Estado é pôr em questão sua razão de existir, que “é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.” (IDEM, p. 23). A razão do Estado incorpora a necessidade de obtenção de resultados de natureza cultural e moral, um processo de aperfeiçoamento dos “costumes, dos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.”. (IBID., p. 24).

As razões aqui postas reforçam a função educativa e formativa do Estado, reafirmada por Gramsci, como uma ação intencional da sociedade frente ao processo de organização e reestruturação das forças econômicas. Contra o desenvolvimento espontâneo ou casual, a ação do Estado para ele deve ser concebida como de um educador,

[...] na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmo, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. (IBID., p. 28)

Soma-se ainda a essa nova ordem chamada Estado, funções voltadas ao que ele chamou de racionalização, ou seja, agir conforme um plano, na perspectiva do direito, de modo a premiar o mérito, as atividades ‘louváveis’ de indivíduos ou de um coletivo, nas questões relacionadas ao modo de vida possível, a educação cívica desenvolvida pelo Estado.

O Estado, também nesse campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é ‘possível’, a ação ou a omissão ‘criminosa’ deve, receber um sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. (IBID., p. 28).

Nega-se assim as concepções de Estado Natural, em que o homem depende de sua própria força, independente da sociedade. A crítica de Gramsci é de que esse modo de pensar acaba por confundir o Estado com sociedade regulada, um erro observado por ele, ou minimamente uma utopia, dado que, pensar nesta direção, realiza-se apenas de uma “concatenação de conceitos puramente ‘racionalista’: indivíduo = sociedade (o indivíduo não é um ‘átomo’, mas a individualização histórica de toda a sociedade), sociedade=Estado, logo indivíduo = Estado.” (IBID., p. 238).

Argumenta nosso autor que, este modo de pensar, traz à tona a superada ideia de que existe a sociedade regulada, em analogia ao argumento de que existe a igualdade econômica. Discordante dessa concepção, Gramsci afirma que esse ideário tem por trás uma concepção de natureza humana, tal como era concebida antes de Marx, “segundo a Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p 4-18

qual todos os homens são fundamentalmente iguais no reino do espírito [...]” (IBID., p. 239).

Sociedade civil e hegemonia

A questão em torno do conceito de hegemonia posta por Gramsci, apresenta-se como uma nova relação entre estrutura e superestrutura, mostrando que há uma centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. É nesse contexto que a sociedade civil adquire um papel político central, ser o espaço essencial de luta contra a classe dirigente. “A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política.” (ALVES, 2010, p. 4). Quem é nesse sentido a sociedade civil?

É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como o conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à igreja. (GRAMSCI, 2007, p. 225).

Aqui coloca-se em questão a necessidade de atribuir inicialmente uma identidade ou distinção entre a sociedade civil e a sociedade política. Afirma nosso autor existir uma “identificação orgânica entre indivíduos (de um determinado grupo) e Estado, [...] na medida em que, ‘agindo espontaneamente’, sua ação se identifica com os fins do Estado (ou seja, do grupo social determinado ou sociedade civil). ” (IBID., p. 282).

A iniciativa individual a que se refere Gramsci, constitui-se como uma ação necessária ao Estado, “quando, por exemplo, são iniciativas ‘imediatamente interessadas’ ou seja ‘interessadas’ no sentido mais elevado, do interesse estatal ou do grupo que constitui a sociedade civil.” (IBID.).

A relação entre a sociedade civil e a sociedade política diz respeito a uma questão de hegemonia ou mesmo de luta hegemônica, na medida em que o primeiro exercerá uma força na direção do novo ou da resistência, como explica “tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que

oscila, fortalecendo-o coercivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontrava ao desenvolver-se, etc.” (IBID., p. 263).

A noção de hegemonia apresentada por Gramsci é adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e por vezes no idealismo. A materialização da hegemonia resulta na criação da vontade coletiva, num movimento de “catártico” de superação de seus interesses puramente ‘econômico-corporativista’, com vista à criação do ideal de consciência ‘ético-política’⁴.

Gramsci pensa a hegemonia como processo específico de construção da vontade ou do querer coletivo, seja na dimensão política ou nas diversas dimensões da vida cultural. Sua reflexão parte “das estratégias utilizadas por diferentes atores políticos em diversos momentos para conseguir sua hegemonia e seu poder real. Pensa, sobretudo, a hegemonia a partir das tentativas dos operários na Comuna de Paris, na Revolução Russa e nas experiências dos conselhos de Turim” (SALES, 2002, p. 95).

A distinção que se busca, entre sociedade civil e sociedade política, não é no todo organicamente completa: “a classe dominante utiliza uma e outra, no exercício de sua hegemonia” (PORTELLI, 1977, p. 34).

Conclusão

A título de conclusão, deve-se recordar que, especialmente para Gramsci dos Cadernos do Cárcere, a questão da hegemonia se apresenta como uma questão central para a filosofia política. Essa questão é abordada em correlação com múltiplos aspectos, dentre os quais o Estado e sua relação com a sociedade civil. O papel político da sociedade civil, diferentemente do que propõe as políticas liberais na atualidade, posicionando-a entre mercado e o Estado, é o de elaborar um projeto político amplo, capaz de transformar a realidade. E a ação da sociedade civil, marcada internamente por divisão e conflito, que amplia o Estado. A compreensão desses conceitos requer uma cuidadosa observação sobre o contexto histórico no qual foram formulados, bem como as razões e a radicalidade com as quais o autor as defendeu. Numa sociedade cada vez

⁴ Movimento catártico que significar a passagem do particular ao universal, a vontade coletiva eleva a nível superior os interesses singulares dos diversos componentes do ‘bloco histórico’.

mais complexa, é fundamental conhecer em profundidade a Gramsci, para se perceber sua atualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acessado em: 29 de agosto de 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político**. Nova Edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. 320p. ISBN 85-200-0494-6.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **A revolução Gramscista no Ocidente** (Extrato da Obra) Digesto Econômico Especial. São Paulo, 2002.

GERMINO, Dante. Interpretando Gramsci. In: COUTINHO, Nelson & TEIXEIRA, A. P. (orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. International Gramsci Society. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 3**. 3ª edição. Maquiavel: Notas Sobre o Estado e a Política. Edição Carlos Nelson Coutinho - com Marcos Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

JURUCÊ, Rodrigo. O partido político para Antonio Gramsci: o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia. S/D. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/precongresso/juruce.pdf>. Acessado em 28 de agosto de 2015.

MENDEZ, Arcádio Sabido. **Sobre o conceito de hegemonia**. In. Gramsci e o Brasil. Dez. 2005. Disponível em: www.gramsci.org. Acessado em 13/01/2006.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 142 p. (pensamento crítico v. 7)

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática. (Em diálogo com Gramsci.)** Sobral, CE: Edições UVA; Recife, PE; editora da UFPE, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. Acessado em 23.08.2015.

Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p 4-18

ZANGHERI, Renato. **Bloco histórico.** S/D. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=632&page=visualizar>. Acessado em 25 de agosto de 2015.